

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 615 - Brasília, segunda-feira, 12 de janeiro de 1998



Líderes são convocados para definir cronograma

O cronograma de votação das matérias da pauta da convocação extraordinária deverá ser definido amanhã, às 10h30, em uma reunião de líderes partidários convocada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (foto). O balanço das atividades do Senado mostra uma semana muito movimentada, incomum nesta época do ano. As comissões iniciaram o exame das matérias constantes da extensa pauta da convocação. **Página 4**

Comissões debatem transporte e reforma

A Comissão de Infra-Estrutura aprecia amanhã projeto de lei que regulamenta o transporte multimodal de cargas no país. Na quarta-feira, a Comissão de Justiça promove uma audiência pública para discutir a reforma administrativa. Também com muitas atividades, a Comissão de Relações Exteriores vota acordos internacionais. **Páginas 2 e 5**

Bello Parga defende reforma tributária

PÁGINA 5

Plenário vota amanhã matérias da convocação

Em pauta, a emenda que institui tratamento especial para os militares e o projeto que dispõe sobre o contrato temporário de trabalho

O plenário do Senado deverá votar amanhã duas propostas constantes da pauta da convocação extraordinária do Congresso: a emenda que institui regime especial de tratamento para os servidores

militares e o projeto de lei do Executivo que dispõe sobre o contrato temporário de trabalho. As duas emendas provocaram debates no plenário, na sessão de sexta-feira. **Páginas 2 e 3**



O senador Romeu Tuma deu parecer favorável à emenda dos militares na Comissão de Justiça

Atendendo a apelo de José Eduardo Dutra, líderes partidários aceitam transferir o debate da matéria para a sessão desta terça-feira, a fim de permitir a participação de um maior número de senadores

Contrato temporário pode ser votado amanhã

A discussão pelo plenário do projeto de lei do Executivo que dispõe sobre o contrato de trabalho por tempo determinado, prevista para a última sexta-feira, foi transferida para amanhã, por sugestão do líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), acolhida pelas lideranças partidárias. O projeto poderá ser votado na mesma sessão de amanhã.

Assim que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou a discussão da matéria, Dutra formulou questão de ordem com o objetivo de adiar o debate. Ele começou sua intervenção lembrando que, na última quarta-feira (dia 7), foi votado o requerimento de urgência, "sem razão de ser", para o projeto do contrato temporário de trabalho.

Possivelmente imaginaram que iríamos apresentar emendas. Mas nós, do PT, não apresentamos e nem vamos apresentar emendas. Somos contra a filosofia do projeto. Em relação a ele, não cabem emendas: ou o projeto é aprovado, ou rejeitado - disse.

O líder acrescentou que, como a matéria está tramitando em regime de urgência, a

discussão teria que terminar sexta-feira (dia 9), em sessão à qual não puderam comparecer muitos senadores, como

Terminou na sessão de sexta-feira a discussão do projeto que autoriza repasse de recursos à companhia de trens de Pernambuco

Josaphat Marinho (PFL-BA), que apresentou voto pela inconstitucionalidade do projeto em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Dutra destacou que a matéria é importante, e observou que, se a discussão fosse encerrada na última sexta-feira ninguém poderia discutir o projeto amanhã, cabendo apenas encaminhamento de votação.

Após apresentar seus argumentos, o senador petista disse que, se não houvesse alternativa regimental para o adiamento da discussão, faria um apelo aos senadores para que deixassem o plenário, a fim de que a sessão fosse encerrada por falta de quorum.

Antonio Carlos Magalhães afirmou, então, que, se dissesse que o Regimento do Senado nunca havia sido flexibilizado, estaria dizendo

uma inverdade. Submeteu, em seguida, a proposta de transferência da sessão de discussão aos líderes partidários. Os senadores Edison Lobão (MA), pelo PFL, Nabor Júnior (AC), pelo PMDB, o relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP) e o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) concordaram

com a sugestão de Dutra.

Romeu Tuma, entretanto, destacou que a matéria havia sido bastante discutida na CCJ, e Arruda lembrou que o Congresso estava convocando extraordinariamente e que os parlamentares estavam trabalhando para que todas as matérias da pauta fossem discutidas e votadas.

Ainda na sessão de sexta-feira, foi concluída a discussão do projeto de lei que au-

toriza o Ministério dos Transportes, por meio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, a repassar à Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco recursos para pagamento de pessoal. Relator na Comissão de Assuntos Econômicos, José Eduardo Dutra leu seu parecer favorável à matéria, que entrará na pauta de votação desta terça-feira.

Comissão de Infra-Estrutura discute transporte multimodal

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), reúne-se amanhã, às 10h, para apreciar o projeto de lei da Câmara regulamentando o transporte multimodal de cargas no país. O relator da matéria, que já foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, é o senador Gerson Camata (PMDB-ES).

O objetivo da proposição, de iniciativa do então presidente do Senado, José Sarney, é proporcionar uma disciplina legal básica para o efetivo desenvolvimento desse transporte de



Camata relatou a matéria

baixo custo no país. Pelo projeto, transporte multimodal é aquele que, regido por um único contrato, usa duas ou mais

modalidades de locomoção, da origem até o destino, sendo executado sob a responsabilidade única de um operador.

O projeto estabelece que o operador de transporte multimodal pode ser uma empresa de transporte ou outra não especializada que contrate serviços de terceiros. Prevê ainda as responsabilidades e as penas para o descumprimento de dispositivos da lei, determinando que as ações judiciais nessa área deverão ser intentadas no prazo máximo de um ano.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares"

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (13.01.98)
14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares"

COMISSÕES

Terça-feira (13.01.98)
10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: PLC nº 7/97, dispõe sobre o transporte multimodal de cargas. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.
17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: "PDL nº 133/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de turismo, celebrado entre o Brasil e a Hungria, em Brasília, em 03.04.97; "PDL nº 131/97, aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Brasil e a França, em Brasília, em 12.03.97; "PDL nº 74/97, aprova o texto da Convenção Relativa à Pro-

teção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29.05.93. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (14.01.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Exposição do ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira; do Procurador do Banco Central do Brasil, Erasto Vila-Verde Filho; e do ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, sobre a PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (15.01.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Discussão e votação da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal; e "PLC nº 69/97, autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, a repassar à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofort, recursos para pagamento de pessoal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júlia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Se aprovada amanhã, a proposta de emenda constitucional, que recebeu parecer favorável da Comissão de Justiça do Senado, poderá ser votada em segundo turno ainda durante a convocação do Congresso

Regime especial para militares está na pauta

O plenário do Senado deverá votar amanhã proposta de emenda constitucional que estabelece regime especial de tratamento para os servidores militares, permitindo inclusive que seus salários tenham reajustes diferentes dos concedidos aos funcionários civis. Será a primeira votação, em plenário, de uma emenda constitucional durante a convocação extraordinária do Congresso no recesso deste início de ano.

A mudança constitucional sobre os militares, já aprovada pela Câmara dos Deputa-

dos, prevê ainda que os militares terão deveres, obrigações e prerrogativas diferenciados dos servidores civis. Se aprovada amanhã, a emenda poderá ser votada em segundo turno ainda durante a convocação do Congresso. A proposta tem parecer favorável emitido pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) na CCJ.

Também amanhã terminará a discussão e poderá ser votado projeto de lei, já aprovado pelos deputados, que permite o contrato temporário de trabalho no país (veja matéria na página 2). De acordo com o

projeto, além de prever prazo determinado para o contrato, o depósito do FGTS feito pela empresa será reduzido de 8% para 2%. Ao terminar um contrato temporário, a empresa não terá de pagar a multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia do empregado.

Já está pronta para votação, podendo ser incluída na Ordem do Dia, emenda constitucional do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que convoca plebiscito para opinar sobre a realização de uma revisão constitucional em 1999. A matéria não constava dos projetos a serem

apreciados durante a convocação extraordinária do Congresso, mas um ato dos presidentes do Senado e da Câmara, senador Antonio Carlos Magalhães e deputado Michel Temer, incluiu o assunto para votação até o dia 13 de fevereiro.

A emenda recebeu um substitutivo do relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), durante sua tramitação na CCJ, em novembro último. Pela proposta, os eleitores serão chamados a opinar sobre a revisão constitucional quando forem votar no dia 4 de outubro deste ano.



Lauro: subserviência, não

Governo aposta na divisão, diz Lauro Campos

O senador Lauro Campos (PT-DF) disse sexta-feira que a estratégia do governo federal, ao propor a separação da condição de militar da condição de funcionário público civil, é "dividir para governar". Na sua opinião, "o que é de estarrecer é que Brasília, o centro das decisões, não esteja agitada diariamente, o povo revoltado, depois de três anos sem um real de reposição das perdas inflacionárias".

- É óbvio que podemos suspeitar que o governo federal, que já prometeu mais um ano de sacrifício aos servidores, deve contar com um grupo de aliados bem remunerados, trazendo a cizânia entre os civis e os militares. Também coloca como suspeita que se pretende obter a cooperação subserviente daqueles militares que passariam a ter uma remuneração capaz de reprimir as agitações decorrentes da falta de reajuste salarial - ponderou.

Sobre a idéia de entregar a segurança para o governo federal, Lauro disse discordar. "Não podemos voltar à antiga situação de subserviência, em que os coronéis venham aqui estabelecer os seus mandos e desmandos". Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse ser contrário à invasão de prédios públicos, mas lembrou que os resultados dessas ações em Brasília foram apenas alguns vidros quebrados ou uma mesa de ministro suja. "Possivelmente querem implantar aqui a eficiência da PM do Pará, cujos resultados todos conhecemos".

Dutra denuncia a "ressurreição" de privilégios

No terceiro dia de discussão da proposta de emenda constitucional que institui regime especial de direitos, deveres e prerrogativas para os militares, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) anunciou na sexta-feira que seu partido votará contra a medida. Trata-se, segundo disse, de evitar a "ressurreição" de privilégios que já foram rejeitados pelo plenário do Senado por ocasião da votação da emenda constitucional que trata da reforma previdenciária.

O senador argumentou que, após a maioria governista ter atribuído à Constituição a origem de todos os males que afligem o país, surgiu uma verdadeira avalanche de emendas constitucionais e "o Congresso Nacional tem sido provocado a tomar decisões conflitantes", pois muitas das emendas estão interligadas e tratam de matéria semelhante.

No caso do regime especial para os militares, José Eduardo Dutra salientou que, na reforma previdenciária aprovada pelo Senado e atualmente em tramitação na Câmara, os senadores tomaram "a decisão histórica" de



Dutra: PT vai votar contra

rejeitar privilégios na aposentadoria dos magistrados, militares e parlamentares. Por outro lado, ao aprovar a reforma administrativa, a Câmara "ressuscitou" a aposentadoria especial para magistrados e membros do Tribunal de Contas da União (TCU) e, no Senado, o relator da matéria, senador Romero Jucá (PFL-RR), apresentou parecer favorável ao texto aprovado na Câmara, acrescentou.

- Se os privilégios dos militares vão ser ressuscitados e se os privilégios dos magistrados foram resgatados pela reforma administrativa, está aberto o caminho para a retomada dos privilégios dos parlamentares - alertou.

Suplicy fundamenta sua rejeição em voto de senador

A proposta de emenda constitucional que institui um regime especial para os militares reforça a militarização das PMs e dos corpos de bombeiros e consagra a manutenção de um sistema de aposentadorias e pensões "que destoa do texto da reforma da Previdência, recentemente aprovado pelo Senado na forma do substitutivo do senador Beni Veras". Estes são os principais argumentos contidos no voto em separado apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, à comissão que analisou a matéria, lida sexta-feira, na íntegra, pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Quanto à militarização das PMs e dos corpos de bombeiros, Dutra avaliou que a proposta está "na contramão de toda discussão que se faz atualmente no Congresso Nacional e na sociedade sobre a procedência da sujeição dos órgãos de polícia ostensiva e preservação da ordem pública às autoridades civis". A seu ver, até mesmo as Forças Armadas, "sequiosas da afirmação dos aspectos distintivos em relação às PMs e bombeiros militares, devem estar recebendo essa modificação com restrições".

Com relação aos pontos conflitantes da proposta de regime especial com a reforma previdenciária, Dutra salientou a paridade entre remuneração da ativa e valores de pensões, que desconsidera o redutor para pensões acima de R\$ 1.200 aprovado pelo plenário do Senado. Além disso, a proposta prevê a concessão de salário-família aos militares e a acumulação de proventos de inatividade com remuneração na ativa, frisou.

Dutra também observou que a proposta de regime especial para os militares teve a notória motivação de tornar possível a concessão de reajustes diferenciados entre militares e civis, medida que não exigiria a emenda constitucional. Conforme disse, a Constituição permite a concessão de aumentos diferenciados entre segmentos do serviço público por razões de mérito ou conveniência, como foi feito em 1995, quando foram concedidos aumentos a parte dos cargos comissionados da administração pública federal.

Frente a isso, o senador recomendou, em seu voto em separado, que se aguarde a conclusão da tramitação da reforma previdenciária.

Presidente do Senado considera que o clima cordial entre as lideranças partidárias facilita o cumprimento da pauta dos trabalhos extraordinários dentro da expectativa manifestada pela opinião pública de todo o país

ACM convoca líderes para definir cronograma

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou sexta-feira os líderes partidários para uma reunião amanhã, às 10h30, para definir o

cronograma de votação das matérias constantes da pauta da convocação extraordinária.

Antonio Carlos aproveitou para ressaltar a neces-

sidade de produção do Senado durante o período da convocação extraordinária. "para o bom nome da instituição".

Ele disse acreditar que,

com o ambiente cordial em que se estão relacionando as lideranças, será possível fazer o trabalho com a maior produtividade possível, atendendo-

se ao desejo da população de que todos os itens da pauta da convocação extraordinária sejam votados durante esse período.



O plenário debateu diversas matérias da pauta da convocação

Muita movimentação na primeira semana da convocação extraordinária

O Senado viveu uma semana movimentada no primeiro mês do ano, registrando-se a presença, em Brasília, de 58 dos 81 senadores, na primeira semana da sessão legislativa extraordinária do Congresso, instalada solenemente na terça-feira, dia 6. Foram realizadas sessões plenárias todos os dias, tendo os senadores aprovado quatro acordos internacionais, e adiantado a discussão de outras matérias. As comissões iniciaram o exame das matérias constantes da extensa pauta da convocação.

Entrou em fase de discussão no plenário a emenda constitucional que dispõe sobre o regime constitucional dos militares. Já está pronto para votação o projeto de lei do Executivo estabelecendo o contrato temporário de trabalho, que tramita em regime de urgência e tem apreciação prevista para a Ordem do Dia de amanhã.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina a reforma administrativa, tendo concedido a vista coletiva, por cinco dias, da proposta. O relator, senador Romero Jucá (PFL-

RR), deu parecer pela rejeição das emendas e manutenção do texto da Câmara. O assunto será debatido em audiência pública com a presença do ministro da Administração, Bresser Pereira, marcada para a quarta-feira, dia 14.

A CCJ aprovou também parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP), pela aprovação do projeto do contrato temporário, e outro do senador Roberto Freire (PPS-PE), concordando com a autorização de repasse de recursos, para pagamento de pessoal, à Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco.

A mesma matéria recebeu parecer favorável, do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A comissão aprovou mais dois relatórios: do senador José Fogaça (PMDB-RS), em relação ao projeto de lei sobre aplicação de recursos de programas sociais, e do senador Ramez Tebet (PMDB-RS), referente a autorização solicitada pelo estado do Rio Grande do Sul para contratar empréstimo destinado à melhoria do transporte coletivo em Porto Alegre.

Veja o andamento das matérias em apreciação

Nº	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 41/97	Reforma administrativa	Romeu Jucá	1401 - quarta: audiência pública na CCJ 1501 - quinta: discussão e votação na CCJ
PEC 39/97	Regime constitucional dos militares	Romeu Tuma	Hoje, segundo dia de discussão em 1º turno
PEC 50/96 (*)	Convoca plebiscito para realização de reforma constitucional	Jefferson Pêres	Pronto para discussão no plenário, em 1º turno
Substitutivo da CD ao PLS 93/93	Planos de saúde	Sebastião Rocha	CAS
PLC 66/97	Pune a lavagem de dinheiro	Levy Dias	CAE
PLC 14/96	Propriedade intelectual de programa de computador	Roberto Requião	CE
PLC 93/96	Contrato temporário de trabalho	Romeu Tuma	Adiada discussão e votação no plenário para amanhã (dia 13) terça-feira
PLS 249/89	Regula os direitos autorais	aguardando designação do relator	CCJ
PLS 219/95	Sigilo bancário	Jefferson Pêres	CCJ
PLS 101/96	Cria região integrada de desenvolvimento do DF e Entorno	Lúcio Alcântara	CCJ
PLC 47/96	Destruição de aeronave	Romeu Tuma	CCJ
PLC 50/97	Rádiodifusão comunitária	Sérgio Machado	CE
PLC 46/97	Lei Orgânica da Assistência Social	José Fogaça	CAE (aprovado parecer do relator). Vai a plenário
PLC 100/96	Serviço voluntário	Sebastião Rocha	CAS (vista coletiva)
PLC 007/97	Transporte multimodal de cargas	Gerson Camata	CI
PLC 31/97	Vínculo empregatício	Jonas Pinheiro	CAS
PLC 78/97	Relações de trabalho do atleta profissional de futebol (Lei Pelé)		Distribuído à CCJ / CAS e CE
PLC 68/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Copertrens - PE)	Roberto Freire	CCJ e CAE (aprovados pareceres dos relatores). Vai a plenário
PLC 69/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Metrofor - CE)	Lúcio Alcântara	15.01 - quinta: discussão e votação na CCJ

(*) Acrescentada à pauta da convocação por ato dos presidentes do Senado e da Câmara.

Obs.: Além dessas proposições específicas, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais, projetos de competência privativa do Senado, medidas provisórias, matérias orçamentárias e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.

Audiência pública debate a reforma administrativa

A reforma administrativa, que busca modernizar a administração pública e prevê situações em que funcionários públicos perderão a estabilidade empregatícia, será discutida e votada nesta quinta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na véspera o ministro da Administração, Bresser Pereira, comparecerá à CCJ para esclarecer, em au-

o município estiver gastando mais que 60% de sua receita corrente líquida com pessoal. Outra inovação da reforma é a possibilidade de demissão de funcionários públicos que não apresentarem desempenho suficiente. Uma lei estabelecerá detalhes desse processo, no qual os servidores terão todo direito de defesa.

A emenda estabelece como teto salarial no serviço público a remuneração de ministro do STF (R\$ 12.720,00). Esse teto inclui salários, gratificações, horas extras, aposentadorias e outras remunerações. A reforma acaba com o Regime Jurídico Único no

serviço público, prevendo a instituição de regimes próprios de determinadas categorias. Outra alteração: servidor público que for colocado à disposição receberá salário proporcional ao tempo de serviço. Com o objetivo de sanear as finanças estaduais e municipais e modernizar a administração, a reforma proíbe que a União conceda qualquer financiamento para estado ou prefeitura em dificuldades para pagar seu pessoal. A emenda determina a privatização ou fechamento das estatais que continuarem deficitárias dois anos após a promulgação da reforma.

Ministro da Administração, Bresser Pereira, comparecerá à CCJ na quarta-feira

diência pública, a reforma.

A intenção do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, é colocar a reforma em votação pelo plenário, em primeiro turno, no dia 12 de fevereiro, penúltimo dia da convocação extraordinária do Congresso. Assim, a votação em segundo turno teria de ocorrer a partir de 15 de fevereiro, quando os deputados e senadores voltam ao trabalho normal, após a convocação durante o recesso.

A reforma administrativa prevê a demissão de servidores quando a União, ou o estado ou

CRE analisa amanhã acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida interinamente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), analisa amanhã três projetos sobre acordos internacionais. A reunião está marcada para as 17h30.

Uma das matérias em exame é o Projeto de Decreto Legislativo 133/97, que aprova o texto do acordo de cooperação na área de turismo, celebrado entre o Brasil e a Hungria em abril de 1997. O relator é o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que apresentou parecer favorável.

Outro projeto a ser examina-

do aprova o texto do acordo de parceria e de cooperação com o governo francês, que versa sobre matéria de segurança pública e foi celebrado em março de 1997. O senador Romeu Tuma é o relator e também apresentou parecer favorável.

O terceiro item da pauta da reunião é o Projeto de Decreto Legislativo 74/97, que aprova o texto da convenção relativa à proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993. A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) vai relatar a matéria.

Senador maranhense afirma que a matéria não pode mais ser postergada, "à espera de que outras reformas sejam concluídas"

Bello Parga quer urgência para a reforma tributária

O senador Bello Parga (PFL-MA) defendeu sexta-feira a retomada imediata da discussão em torno da reforma tributária, que, conforme afirmou, não pode ser postergada indefinidamente, à espera de que outras reformas, como a administrativa e a previdenciária, sejam concluídas. Ele sugeriu que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado tome a iniciativa e promova um amplo debate sobre a questão tributária nacional "para que o Brasil possa ter os benefícios dessa reforma, que todos os setores da sociedade reclamam".

O Senado Federal não se pode dar ao luxo de assistir, passivamente, à verdadeira guerra fiscal que os estados travam em busca de investimentos, ao concederem in-



Bello Parga sugere amplo debate

centivos fiscais às novas indústrias. Essa atração de capital pode levar os estados a ganharem batalhas a curto prazo, mas perderem a guerra a médio prazo - disse.

Bello Parga salientou que a reforma tributária já vem sendo tratada no Congresso Nacional, mas de forma marginal, através de projetos de lei específicos, como foi o caso da chamada Lei Kandir, que desonerou as exportações. Essas perdas que os estados sofreram com tal desoneração estão sendo cobradas do Executivo federal, que, a seu ver, terá que compensar os governadores descontentes.

- Isso significa que não é possível fazer uma reforma tributária sem contemplar os interesses de todos e, ao mesmo tempo, sem negociar as eventuais perdas. Por isso mesmo os estados e os municípios, além da própria União, precisam participar das negociações - frisou.

Lauro alerta para a "crise global" do capitalismo

A decadência do modelo capitalista que rege a atual economia mundial está preocupando o senador Lauro Campos (PT-DF). Ele alertou, sexta-feira, os economistas brasileiros em relação ao envolvimento do país na "ciranda financeira do acúmulo de capital especulativo globalizado", ou seja, não oriundo da produção do trabalhador, ficando este, a seu ver, à margem do quadro econômico.

Esses recursos, segundo o senador, que somam um total de US\$ 41 trilhões, desde o final da Segunda Guerra Mundial, são um dinheiro volátil, à disposição dos países endividados, para ser aumentado com juros e outros artifícios, sem beneficiar a sociedade produtiva. A rentabilidade dos US\$ 41 trilhões nas bolsas só pode continuar a existir na medida em que mais dinheiro aflixa para as bolsas, aumente a demanda das ações e aqueça a especulação, alerta o senador.

- A bolsa de valores confunde os economistas. Em um momento, as ações se valorizam e se aquecem porque a atividade pro-

ductiva está dando mais lucro e está realmente possibilitando a valorização do patrimônio acionário. Mas, no momento seguinte, o movimento continua ascendente, as ações nas bolsas continuam a se valorizar, mas agora porque a economia real se encontra em crise - analisou.

Ele comentou que esse é o mecanismo do capitalismo, que, "com seu impulso fantástico de transformar o mundo, de renovar a tecnologia, aumentar o lucro, acaba criando obstáculos ao seu próprio desenvolvimento, criando a sua crise como resultado necessário do seu processo de desenvolvimento". O senador citou afirmação que atribuiu ao ex-ministro da Fazenda, embaixador Rubens Ricúpero, segundo a qual é preciso voltar à leitura de Karl Marx para entender-se a crise do capitalismo moderno. De acordo com Lauro, tais ponderações levam à reflexão sobre o desenvolvimento das contradições entre mercadoria e dinheiro e da transferência desses conflitos para as coisas produzidas; da determina-

ção dos valores da mercadoria e do dinheiro como prioridades sobre o aspecto social e o trabalho.

Lauro alertou que a crise capitalista levará a um crescente desemprego porque o capital especulativo cresceu desmesuradamente, tornando impossível ao trabalho humano, "por mais baixo que seja o salário, criar lucro para sustentar esse dinheiro".

Em relação ao Brasil, Lauro acrescentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso "nunca estudou economia, nunca leu os neoliberais, e talvez por isso tenha caído nessa armadilha, acreditando que o útero materno neoliberal pudesse ser um ponto de partida para a reeleição". No Brasil, disse, dividem-se as crises em pedacinhos, criando-se impostos e maquiando-se balanços financeiros para salvar bancos privados por meio de recursos do Banco Central, fato que, conforme destacou, não ocorreu sequer no *crash* financeiro que faliu cerca de 5 mil bancos nos Estados Unidos nos anos 30.

Eduardo Suplicy entende que autoridades terão oportunidade de explicar critérios para a liberação de verbas orçamentárias

Requerida convocação de dois ministros citados em gravação

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou sexta-feira requerimento de convocação dos ministros da Coordenação Política, Luís Carlos Santos, e da Saúde, Carlos Albuquerque, para que expliquem ao plenário se realmente submetem a liberação de verbas orçamentárias à exigência de apoio político ao governo.

Denúncia nesse sentido foi feita quinta-feira pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), que apresentou em plenário a gravação de um diálogo entre seu irmão, deputado Maurício Requião (PMDB-PR), e um funcionário do Ministério da Saúde, sobre a dificuldade de liberação de verbas orçamentárias de interesse do Paraná.

No diálogo, o funcionário teria dito ao deputado que, no Palácio do Planalto, havia



Suplicy: práticas do passado

"um problema político" dificultando essa liberação e que Maurício Requião devia comunicar-se com o ministro Luís Carlos Santos. Roberto Requião classificou o fato como evidência da existência de "um mercado de emendas e de votos".

Suplicy disse considerar "indispensável o comparecimen-

to dessas autoridades para o esclarecimento de procedimentos tão graves", e afirmou que isso era inesperado num governo conduzido por Fernando Henrique Cardoso. Ele lembrou que as campanhas pelas "diretas já" e por ética na política brasileira tiveram o apoio do atual presidente da República, daí por que o país esperava que fatos como esse fossem práticas do passado.

Ele observou que a convocação dos dois ministros consistirá numa oportunidade para que eles expliquem que critérios conduzem a liberação de verbas orçamentárias - "se são critérios racionais ou se porventura há formas de liberação que consultam a outros interesses". Também afirmou que, se estivesse na Presidência da República, aconselharia o comparecimento dos ministros.

ACM estranha tanto a forma quanto o conteúdo da denúncia

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou "estranheza" diante da denúncia feita pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) de que o governo discrimina políticos de oposição na liberação de verbas orçamentárias, quando apresentou gravação de uma conversa telefônica entre seu irmão, deputado Maurício Requião, e um assessor da chefia de gabinete do Ministério da Saúde, como prova do fato.

De acordo com o senador Antonio Carlos Magalhães, a "queixa" mais freqüente entre os parlamentares que apóiam o governo é "justamente em sentido contrário", dando



Antonio Carlos: gravação não é prova

gais e sem valor de prova pela Justiça brasileira. A origem desse tipo de problema, contudo, foi identificada por Antonio Carlos no "caráter autorizativo do Orçamento, quando na verdade essa lei, aprovada, deveria ser cumprida tal como votada pelo Legislativo".

O senador acredita que o país está evoluindo também nesse campo, lembrando que depois de muitos anos o Orçamento da União foi votado no prazo correto. Ele observou que "seria interessante saber se o senador Requião, à época em que foi governador, liberou com maior rapidez as verbas para os oposicionistas à sua administração".

gais e sem valor de prova pela Justiça brasileira.

A origem desse tipo de problema, contudo, foi identificada por Antonio Carlos no "caráter autorizativo do Orçamento, quando na verdade essa lei, aprovada, deveria ser cumprida tal como votada pelo Legislativo".

O senador acredita que o país está evoluindo também nesse campo, lembrando que depois de muitos anos o Orçamento da União foi votado no prazo correto. Ele observou que "seria interessante saber se o senador Requião, à época em que foi governador, liberou com maior rapidez as verbas para os oposicionistas à sua administração".

Elcio garante: FHC não admitiria a política do "toma-lá-dá-cá"



Elcio: defesa do presidente

"O presidente Fernando Henrique Cardoso jamais admitiria a política do toma-lá-dá-cá." A afirmação é do líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES), ao sustentar em plenário que o chefe do governo desconhece a possibilidade de algum subordinado condicionar a liberação de verbas orçamentárias a apoio político. Num aparte ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ele disse que a posição do presidente é a favor do completo esclarecimento dos fatos.

Elcio Alves sustentou que o presidente da República não admite que direitos garantidos a todos sejam submetidos a interesses políticos. Ele afirmou que também deseja que os ministros Luís Carlos Santos (Coordenação Política) e Carlos Albuquerque (Saúde) apresentem seus esclarecimentos, mas insistiu em afirmar que é injusto atribuir ao presidente Fernando Henrique Cardoso participação nesse processo.

"Refuto a afirmação de que o presidente comanda esse procedimento", disse o líder, observan-

do que ninguém desconhece que existe uma luta interna no PMDB entre os que desejam lançar candidato na corrida sucessória e os que preferem apoiar a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) também aparteu Suplicy para testemunhar exatamente que o governo tem beneficiado mais oposicionistas que governistas na liberação de verbas orçamentárias. "No contingenciamento do ano passado, observei que os parlamentares que conseguiram liberar mais recursos foram os que votam contra o governo", sustentou Camata.

Requião cobra demissão de envolvidos no caso

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse sexta-feira que só a demissão dos ministros Luís Carlos Santos (Coordenação Política) e Carlos Albuquerque (Saúde), por ele acusados de trocar a liberação de verbas por apoio político, demonstraria que o presidente Fernando Henrique Cardoso não está no comando desse procedimento.

Ele afirmou que a gravação de um diálogo que evidencia o condicionamento da liberação de verbas do Ministério da Saúde a um entendimento político com o ministro Luís Carlos Santos não é um fato isolado. "Esta não é a primeira vez que se denuncia a compra de votos no Congresso Nacional. Quando da denúncia da compra de votos para a reeleição, nada foi apurado pelo Poder Executivo", declarou ele.

Em sua opinião, ninguém pode dizer que os fatos denun-



Requião: prática é corriqueira

ciados não são do conhecimento do presidente da República, até porque se multiplicam com muita intensidade. "A gravação foi para demonstrar que essa é uma prática comum", disse Requião, acrescentando que todos esses fatos parecem dirigir-se para evitar concorrentes na disputa presidencial. Referiu-se à resistência de uma corrente do PMDB ao lançamento de candidato próprio na corrida sucessória.

Novas gerações que buscam o aprendizado não conseguem ser atendidas do norte ao sul do país, constata o senador; ao cobrar reformulação dos programas para a área

Para Lobão, falta de recursos sacrifica política de educação

O senador Edison Lobão (PFL-MA) fez um apelo sexta-feira no sentido de que "se reformulem as programações que compõem a nossa política educacional". Ele entende que a grande maioria dos estados e municípios não têm condições de atender à demanda crescente das novas gerações que querem o aprendizado qualificado, porque faltam recursos.

Segundo o senador, as crianças não obtêm as vagas escolares necessárias não por culpa de governantes ou das chamadas "autoridades competentes", mas por faltarem às administrações verbas para o cumprimento das disposições



Edison Lobão defendeu a aplicação de mais dinheiro na educação

constitucionais.

- A imprensa e a televisão, de âmbito nacional, fotografaram as multidões de pais às portas das escolas das grandes cidades do Centro e do

Sul do país, mas ignoraram o que se passa, em condições consideravelmente piores, no Norte e no Nordeste brasileiros - afirmou.

No mesmo pronunciamen-

to, Edison Lobão se declarou feliz com o destaque que a imprensa, nos últimos dias de 1997, deu ao estudo elaborado pelo cientista político José Luciano de Mattos Dias, da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com o senador, nesse trabalho, o autor mediou o desempenho de 65 administrações estaduais em saúde, educação e segurança a partir das verbas orçamentárias, no período compreendido entre 1982 a 1994, "quando o meu governo conquistou o primeiro lugar no ingente esforço em prol da juventude que, no Maranhão, buscou o ensino do segundo grau".

Palmeira denuncia abuso contra os direitos do cidadão no país

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) apontou sexta-feira o que considera descaso dos governos com o cidadão, o contribuinte, o homem comum, cuja privacidade, assegurada no artigo 5º da Constituição, é "diariamente desrespeitada por sucessivas administrações que, no seu exclusivo interesse, obrigam ao fornecimento de dados pessoais de que o próprio serviço público já dispõe". Se no Brasil sobram leis, acrescentou o senador, "seguramente falta a mais essencial de todas, aquela que assegure a privacidade, a comodidade e o direito do cidadão".

Inconformado com o volume de exigências e os constantes recadastramentos a que os cidadãos estão sendo submetidos, Palmeira lembrou que o cidadão brasileiro já é obrigado a ter certidão de nascimento, carteira de trabalho (se assalariado), certifi-

cado de alistamento militar (se do sexo masculino), CPF (seja ou não contribuinte), passaporte (se pretender sair do país), certificado de propriedade de veículo automotor (se tiver automóvel), título de nomeação, apostila de benefícios e título de aposentadoria, se for servidor público.

Ele observou que, por tudo isso, o cidadão "não pode continuar tendo de cumprir exigências absurdas, num país que não possui, sequer, um registro unificado de delitos e sentenciados, permitindo a impunidade e aumentando a insegurança que é hoje um dos males nacionais".

Depois de lembrar que o Brasil é um país cujo sistema federativo é altamente desequilibrado e assimétrico, tanto em termos econômicos quanto na realidade social, Guilherme Palmeira recorreu à análise de vários autores sobre a realidade brasileira, para afir-



Para Palmeira, há descaso dos governos com a sociedade

mar que é "crescente a distância entre as instituições e o meio social".

Para o senador, cada medida tomada em Brasília, no âmbito de qualquer dos Poderes do Estado, "se reflete de maneira inteiramente diversa nas diferentes regiões do Brasil". Ele assinalou que, em função disso, "vivemos o contraste cansativo, repetitivo e intermitente de estarmos permanentemente produzindo mais leis,

enquanto todos reclamam da necessidade de novas e mais complexas leis".

Diante desse quadro, Palmeira considera que, "embora tenhamos instituições democráticas, continuamos com práticas autoritárias, o que significa dizer que ainda não temos, infelizmente, um sistema democrático em que o primeiro direito a ser tutelado é exatamente o do cidadão e não o interesse da autoridade".

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Romero Jucá (PFL-RR) sobre a Reforma Administrativa.
- 8h - "Brasília 35 anos" - documentário histórico sobre os 35 anos de construção de Brasília (reapresentação)
- 9h - "Fala Cidadão" (reapresentação)
- 9h30 - Entrevista com o senador Romero Jucá (reapresentação)
- 10h - "História da Humanidade" - documentário sobre a origem do homem (reapresentação)
- 12h15 - Entrevista com o senador Romero Jucá (reapresentação)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 24h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em revista"
- 14h30 - Sessão plenária Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Conforme o senador, já existe um número adequado de doações de órgãos. O que não há são recursos técnicos à altura das possibilidades de coleta e aproveitamento

Tuma reclama hospitais mais aparelhados

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apelou sexta-feira ao governo para que dê aos hospitais os meios técnicos para que essas instituições possam aproveitar os órgãos propiciados pela lei de doação. Em sua opinião, o poder público deve concentrar esforços numa infra-estrutura condizente com a necessidade de meios para realizar mais transplantes, e não apenas para aumentar as doações.

Conforme o senador, já existe um número adequado de doações de órgãos, o que não há são recursos técnicos à altura das possibilidades de coleta e aproveitamento de órgãos e tecidos disponíveis. Ele citou o coordenador da Central de Transplantes da Secretaria de Saúde de São

Paulo para dizer que, com a atual legislação, aquele estado já poderia dispor de três mil doadores por ano, número perfeitamente condizente com as necessidades nacionais.

Tuma considerou a precariedade das condições hospitalares para transplante uma agressão à Constituição, que garante a facilidade de remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento. Ele lamentou a situação dos hospitais e referiu-se ao debate que a doação presumida de órgãos está provocando no país, lendo em plenário alguns dos comentários feitos nos jornais por especialistas no assunto.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afir-

mou que a lei, por si só, não é suficiente para melhorar a situação dos transplantes no país. Ele lembrou que o projeto inicialmente previa a instalação de centrais de captação de órgãos em todos os estados do Brasil, mas esse artigo foi vetado, com a promessa governamental de que o Ministério da Saúde tomaria essa providência.

Dutra observou que, contudo, o governo não cumpriu nem o artigo que previa a realização de campanhas de esclarecimento da população sobre essas doações. Também em aparte, o senador Ottoniel Machado (PMDB-GO) disse que o Brasil está entre os primeiros países na prática de transplantes, mas milhares de brasileiros ainda morrem por falta de estrutura nessa área.



Tuma: hospitais precários são uma agressão à Constituição

Arruda: DF nunca esteve tão mal em segurança

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse sexta-feira que nunca o Distrito Federal esteve tão mal servido na segurança pública como atualmente. "É injustificável que o governo da capital do país permita que haja invasões de prédios públicos antecipadamente declaradas à imprensa, sem haver uma prevenção para isso", afirmou.

- Essas falhas são absolutamente injustificáveis. Basta dizer que, em dois anos e meio, já estamos no quinto comandante da Polícia Militar; basta dizer que

o tenente da Polícia Militar que realizou o seqüestro que foi manchete de jornais de todo o país misteriosamente fugiu da cadeia e ninguém mais fala a respeito - assinou.

Arruda salientou que a forma como está sendo gerida a área de segurança pública de Brasília confunde posições constitucionais com questões partidárias, "ferindo a autoridade da capital do Brasil". O senador mostrou-se contrário a projeto de lei, em tramitação na Câmara, que transfere a nomeação dos chefes de segurança pública do DF para o governo federal.



Arruda: sem mudar as regras

- Considero que a correção desses equívocos deve ser de outra forma. O governo do Distrito Federal, quer seja do professor Cristovam Buarque ou de qualquer outro, é, por definição, transitório, e modificar as regras de indicação dos comandos de áreas de segurança pública fere a autonomia política de Brasília - frisou. Arruda foi apoiado pelo senador Leonel Paiva (PFL-DF).

Alcântara felicita mulheres por seu avanço no mundo

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou o aumento da participação feminina no processo de desenvolvimento da sociedade, afirmando que a realização periódica das conferências internacionais sobre a mulher é o reflexo de que as mulheres estão caminhando a passos largos para a modernidade.

- As mulheres têm contribuído significativamente para o crescimento sócio-econômico dos países, tanto que elas hoje casam-se mais tarde, preocupam-se antes com a profissionalização, têm menos filhos, têm melhor saúde e vivem mais tempo - disse.

Alcântara ponderou que ainda existem grandes disparidades contra as mulheres, particularmente em algumas regiões da África, Estados árabes, sul da Ásia, e em regiões da América Latina e no Brasil. Mas reconheceu ser "inegável o avanço já feito".

- A consciência da sociedade, dos governos e das próprias mulheres haverá de ven-

cer o caminho que ainda deve ser percorrido. E os desafios a vencer tocam tanto a mulheres quanto a homens - frisou.

Segundo Alcântara, o grande desafio consiste em "descobrir e viver, a sociedade como um todo, o perfil ideal e real da mulher, elevando e distinguindo nossa civilização. Nada, portanto, de violência, de submissão, de escravidão, de inoportunidade, mas, sim, a grandeza proporcionada pela civilização".



Alcântara: nada de submissão